



EMEF
EMPRESA
DE MANUTENÇÃO
DE EQUIPAMENTO
FERROVIÁRIO, S.A.



RELATÓRIO
DE GOVERNO
SOCIETÁRIO

2016



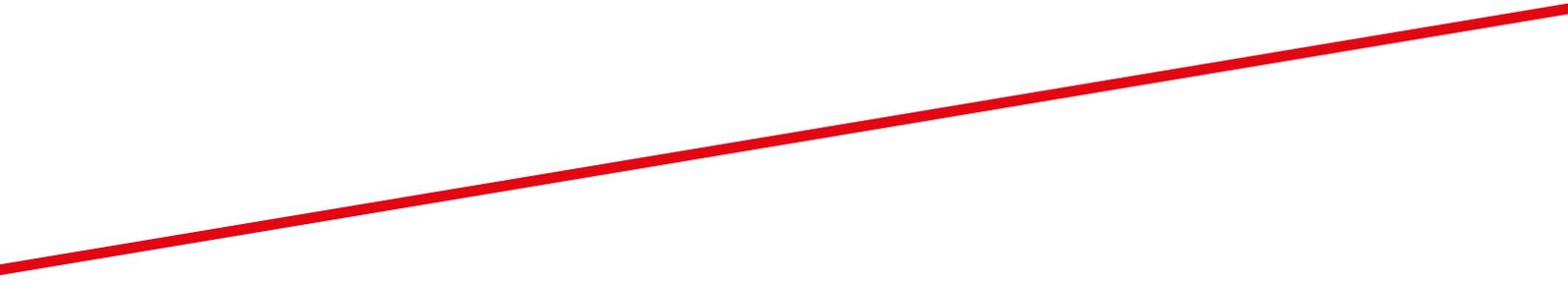
EMPRESA
DE MANUTENÇÃO
DE EQUIPAMENTO
FERROVIÁRIO, S.A.

RELATÓRIO
DE GOVERNO
SOCIETÁRIO

2016

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

I. Síntese (Sumário Executivo)	6
II. Missão, objetivos e políticas	8
III. Estrutura de capital	10
IV. Participações sociais e obrigações detidas	12
V. Órgãos sociais e comissões	16
A. Mesa da Assembleia Geral	17
B. Administração e Supervisão	17
C. Fiscalização	21
D. Revisor Oficial de Contas (ROC)	25
E. Auditor Externo	26
VI. Organização interna	28
A. Estatutos e Comunicações	29
B. Controlo interno e gestão de riscos	29
C. Regulamentos e Códigos	30
D. Deveres especiais de informação	32
E. Sítio da Internet	32
VII. Remunerações	34
A. Competências para a determinação	35
B. Comissão de fixação de remunerações	35
C. Estrutura das remunerações	35
D. Divulgação das remunerações	35
VIII. Transações com partes relacionadas e outras	36
IX. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental	38
X. Avaliação do Governo societário	56





Conhecimento no lugar certo
Knowledge in the right place
emef.pt

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

SÍNTESE (SUMÁRIO EXECUTIVO)





I SÍNTESE (SUMÁRIO EXECUTIVO)

De acordo com a aplicação dos princípios de bom governo e no âmbito da aplicação do Decreto-Lei n.º 133/2013, em vigor desde dezembro de 2013, as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa de todas as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido decreto-lei, sob epígrafe “Princípios de Governo Societário”.

Em cumprimento do disposto no artigo 54.º do referido diploma, a EMEF elaborou o presente relatório relativo ao ano de 2016.

A EMEF elaborou em 2016 o plano de atividades e orçamentos para o triénio 2017-2019, os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2015, bem como os relatórios mensais e trimestrais de execução orçamental.

Não existiu em 2016 qualquer alteração à composição do Conselho de Administração. Os atuais membros acumulam as funções de administradores da acionista única CP, não sendo, portanto, remunerados pela EMEF.

No que respeita ao Conselho Fiscal, ocorreram alterações na sua composição, conforme descrito no capítulo V. C. do presente relatório. Contudo, os cargos de Presidente e Vogais Efetivos continuam a ser não remunerados pelo facto de pertencerem ao quadro de pessoal da CP, E.P.E.

Neste relatório são declaradas as remunerações do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo. É ainda descrita a ação no domínio da sustentabilidade económica, social e ambiental, assim como as transações com partes relacionadas e outras.

Anualmente, a EMEF informa o seu acionista e o público em geral do modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo, através da publicação de um relatório de boas práticas do governo societário.



MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS





II MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

A EMEF tem como visão ser a referência nacional em material circulante ferroviário.

Tradicionalmente ligada ao setor dos transportes ferroviários, a EMEF assume a missão de criar valor para os clientes, colaboradores e acionista. É o reconhecimento da missão da empresa que a faz mover, que lhe confere sentido e que funciona como elemento agregador do esforço que cada um despense no seu dia-a-dia de trabalho.

A concretização daqueles objetivos latos, são vertidos em políticas enformadas por um conjunto de princípios traduzidos por:

- Desenvolvimento da atividade voltada para os clientes;
- Criação de condições de segurança para os trabalhadores e para o material circulante ferroviário;
- Proteção do ambiente;
- Gestão da atividade com alcance na sustentabilidade económico-financeira e continuidade das operações de modo independente.

ESTRUTURA DE CAPITAL





III ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social é de 8.100.000 euros, dividido e representado por 8.100.000 ações no valor nominal de um euro cada uma. O mesmo encontra-se integralmente realizado, em dinheiro e outros valores constantes da escrituração social. As ações serão nominativas ou ao portador, podendo ser escriturais ou representadas por títulos de 1, 5, 10, 50, 100, 500, 1.000 e 5.000 ações. As ações serão reciprocamente convertíveis, a pedido e por conta dos acionistas.

O titular das ações é a CP – Comboios de Portugal, EPE, inexistindo limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das mesmas.

Não existem acordos parassociais que restrinjam a sociedade.

PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS





IV PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

No final de 2016, a EMEF tinha participações financeiras nas seguintes entidades empresariais:



PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Designação	EMEF
EMEF/SIEMENS ACE	51% do resultado líquido
NOMAD TECH, Lda	35% das quotas

O EMEF/SIEMENS ACE é um agrupamento complementar de empresas que foi constituído em 2009 pela EMEF e pela SIEMENS e tem por objeto a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção das Locomotivas Elétricas LE5600 e LE4700, ao abrigo do Contrato entre o ACE e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

A NOMAD TECH é uma sociedade por quotas constituída em novembro de 2013 entre a EMEF e a NOMAD Digital com o objetivo de fornecer soluções de Telegestão Ferroviária – como a Manutenção Baseada na Condição (MBC) e Eficiência Energética – para o mercado ferroviário a nível mundial.

Paralelamente a EMEF possui as seguintes participações de natureza associativa ou fundacional:



ENTIDADES EM QUE A EMEF É SÓCIO EFETIVO OU FUNDADOR

Entidade	Ano adesão	Valor da Participação	Observações
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2006	2.500	A EMEF é sócio efetivo do Instituto com a subscrição no montante de 2.500€, a que correspondem 500 unidades de participação.
FMNF - Fundação Museu Nacional Ferroviário	2007	31 944	A EMEF é entidade equiparada a fundador. A contribuição da EMEF foi em espécie, sob a forma da prestação do serviço de recuperação de placa giratória da rotunda de locomotivas.

ENTIDADES EM QUE A EMEF É ASSOCIADA

Entidade	Ano adesão	Fundamentação
NERSANT Associação Empresarial da Região de Santarém	1996	Em 4-Out-1996, a CE da EMEF deliberou autorizar a inscrição da EMEF nesta associação, pelo facto de a sede social da empresa se situar no Entroncamento e pelo facto de, com esta adesão, a empresa ter acesso às vantagens de adesão automática à AIP, facilidade de acesso a fundos estruturais instituídos no QCA e empréstimos a juros bonificados através de protocolo celebrado com o BES.
IPQ Instituto Português para a Qualidade	1995	A EMEF está inscrita atualmente como correspondente da Classe B. As vantagens são as seguintes: receção de normas gratuitas (portuguesas, europeias e ISO) que sejam emitidas em cada ano e descontos na aquisição de normas em geral; necessário para o Sistema de Gestão da Qualidade e certificação do mesmo.
ANEME - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas	2007	Em 1-Fev-2007, a CE da EMEF deliberou a reinscrição nesta Associação pelo facto de possibilitar o usufruto de vantagens na internacionalização, quer para a Argentina, quer para Moçambique.
APNCF - Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária	1996	A EMEF é entidade equiparada a associado fundador.
Plataforma Ferroviária Portuguesa	2016	Em 16-Mar-2016, o CA da EMEF deliberou a inscrição da EMEF nesta plataforma. O seu objetivo é proporcionar aos seus associados competitividade no quadro da economia nacional, promovendo iniciativas, projetos de investigação, desenvolvimento e inovação, reunindo e promovendo a cooperação entre empresas, entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, entidades públicas e privadas, associações, federações, confederações e outras, do setor ferroviário ou a ele ligadas.

Não foram prestadas a outras entidades quaisquer garantias financeiras nem foram assumidas dívidas ou passivos de outras entidades.

As relações significativas de natureza comercial existentes entre a EMEF e o acionista único (CP, EPE) são divulgadas no capítulo VIII (transações com partes relacionadas e outras) deste relatório.

No que respeita aos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses e no estrito cumprimento dos princípios de bom governo das empresas públicas, previstos no DL 133/2013, mormente no seu artigo 51º, os Administradores da EMEF abstêm-se de intervir em decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente, as despesas por si realizadas que são aprovadas por outro Administrador. Ainda, os Administradores da empresa não detêm quaisquer participações patrimoniais na mesma nem relações com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses.



ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES





V ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES // A.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL



MESA DE ASSEMBLEIA GERAL

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha fixado (€)
2013-2016	Presidente	Maria Romana da Cunha Paulino Correia de Vasconcelos	0
	Secretário	Maria Filipa Alves Marvão Lucas Martins	0

Remuneração Anual 2016 (€)				
Cargo	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
Presidente	0	0	0	0
Secretário	0	0	0	0

Não existem deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada.

V ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES // B.

ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

A estrutura da administração e fiscalização da sociedade é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Os órgãos sociais são eleitos pela Assembleia Geral sem prejuízo de eventuais decisões da acionista única.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
2016	Presidente	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	Mantiveram as funções para as		CP	
	Vogal	Nuno Serra de Sanches Osório	quais foram nomeados no ano 2015		CP	

Na falta ou impedimento definitivos de qualquer administrador procede-se à cooptação de um substituto, a ratificar na seguinte Assembleia Geral. O mandato do novo administrador terminará no fim do período para o qual o administrador substituído tinha sido eleito.

CURRICULA VITAE RESUMIDOS



ENG.º MANUEL TOMÁS CORTEZ RODRIGUES QUEIRÓ

(Presidente desde agosto de 2015)

Mestrado de Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas (parte escolar), Instituto Superior Técnico, 1983-1985, e Licenciatura em Engenharia Civil, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1978.

Presidente da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., desde agosto de 2015.

Presidente do Conselho de Administração da Comboios de Portugal, E.P.E. desde fevereiro de 2013.

Assistente, Professor Auxiliar, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Laboratório de Urbanismo, Ordenamento do Território e Transportes (1980 a 2013).

Sócio-Gerente da Conprojur, Consultadoria e Projetos Urbanos, Lda., Coimbra, empresa de Coordenação de Projetos (2006 a 2013).

Administrador na Empresa Soturis – Sociedade Imobiliária e Turística, SA (2002 a 2005).

Deputado à Assembleia da República (CDS), tendo exercido funções junto da Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Ambiente e Poder Local, da Comissão Parlamentar de Educação e da Comissão Parlamentar de Integração Europeia, bem como contribuído no âmbito da Definição de opções a respeito de Plano Rodoviário Nacional, Rede Ferroviária, Infraestruturas Portuárias e Aeroportuárias, Metro do Porto, TGV, Solução final na questão da Coíncineração e Política de Resíduos Perigosos, Rede regional e local de Gás natural e Política nacional de produção de Energia (anos de 1983 a 1987, 1991 a 1995 e 1999 a 2002).

Consultor e Projetista (1989 a 1993).

Subtenente da Armada (1978 a 1980).

**DR. NUNO SERRA SANCHES OSÓRIO**

(Vogal desde maio de 2015)

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 1989, e frequência do PADE - Programa de Alta Direção de Empresas, na AESE, 2011.

Vogal executivo do Conselho de Administração da EMEF, SA, desde maio de 2015.

Vogal executivo do Conselho de Administração da CP, EPE, desde maio de 2015.

Administrador na APL (2013-2015).

Administrador Executivo na ETE Logística, S. A., Administrador na Autoguer - Aluguer de Automóveis e Equipamento, S. A., Gerente na ETE Logística de Moçambique, Lda. e Gerente na Transporte Sousa Mendes — Transporte de Mercadorias, Lda. (2008-2013).

Presidente do Conselho de Administração da ATI - Arnaud Transitários (Ilhas), S. A. e Administrador na Logisdar - Logística e Transporte de Mercadorias, S. A. (2005-2008).

Chefe do Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos do Mar (2004-2005).

Diretor de Investimentos da Intermoney Valores, Sucursal em Portugal (2003-2004).

Administrador e Membro da Comissão Executiva do Banif - Banco de Investimento, S. A., Administrador e Membro da Comissão Executiva da Banifundos Cisalpina — Soc. Gestora de Fundos Mobiliários, S. A., Administrador e Membro da Comissão Executiva da Banif Patrimónios — Soc. Gestora de Patrimónios, S. A. e Presidente do Conselho Fiscal da APFIN — Associação das Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento e de Patrimónios (1999-2002).

Presidente da Finivalor - Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. e Administrador da Finipatrimónio - Soc. Gestora de Patrimónios, S. A. (1996-1999).

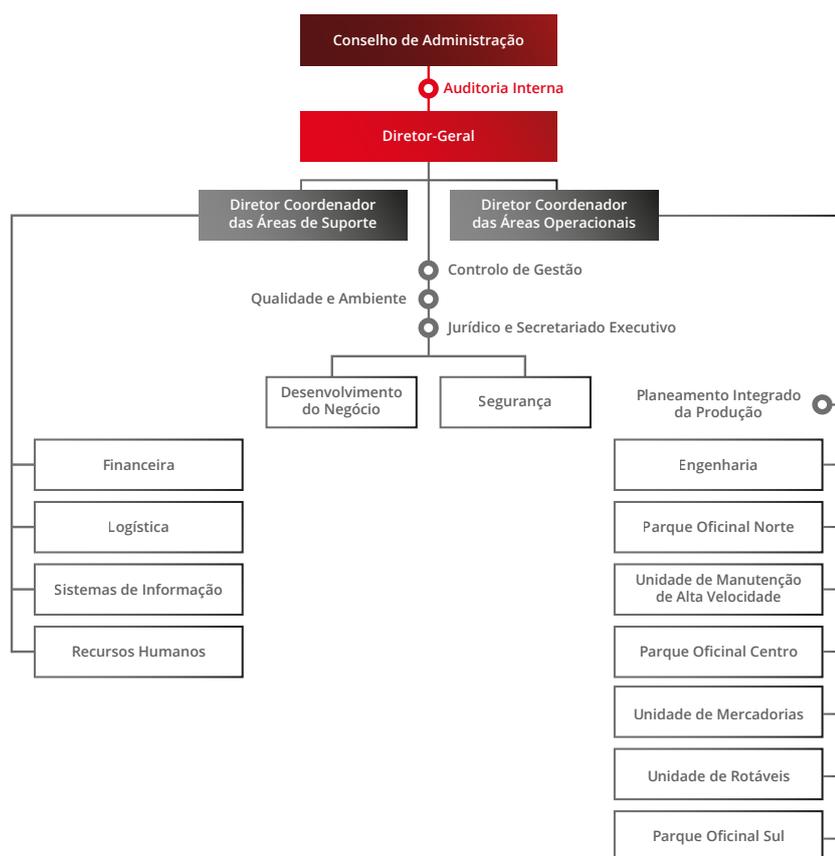
Diretor de Investimentos da Carnegie Portugal - Soc. Gestora de Patrimónios, S. A. (1994-1996).

Diretor Adjunto na Espírito Santo - Soc. Gestora de Patrimónios, S. A. (1991-1994).

Trader na CISF - Corretora, Soc. Corretora de Valores Mobiliários, S. A. (1989-1991).

V ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

ORGANOGRAMA DA EMPRESA



Foram realizadas pelo Conselho de Administração 37 reuniões durante o ano de 2016, o Presidente esteve presente em 36 reuniões e o vogal em 34 reuniões, sendo que todas as ausências estão justificadas.

Os atuais membros do Conselho de Administração da EMEF acumulam as funções de administradores da acionista, não sendo remunerados pela primeira.

O órgão da sociedade competente para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos é a Assembleia Geral e não existem critérios pré-determinados para a mesma avaliação.

Não existem comissões no seio do órgão de administração ou supervisão nem administradores delegados.



FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, todos eleitos, em Assembleia Geral, pelo período de um ano.

CONSELHO FISCAL

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Mensal Fixado (€)
			Forma	Data	
2016	Presidente	Ana Maria dos Santos Malhó	Deliberação unânime	19/10/16	Não remunerado
	Vogal	Elisabete Gonçalves Bettencourt de Freitas Oliveira	Deliberação unânime	19/10/16	Não remunerado
	Vogal	Maria de Fátima Correia Paixão de Matos Alves	Deliberação unânime	19/10/16	Não remunerado
	Suplente	Carla Manuela Serra Geraldês	Deliberação unânime	19/10/16	Não remunerado

Os cargos de Presidente e Vogais do Conselho Fiscal não são remunerados dado serem desempenhados por colaboradores do quadro de pessoal da CP, E.P.E..

CURRICULA VITAE RESUMIDOS

DRA. ANA MARIA DOS SANTOS MALHÓ (Presidente)

Licenciada em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, pós-graduada em *Corporate Finance* pelo INGED-ISCTE Executive Education.

Presidente do Conselho Fiscal da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., desde outubro de 2016.

Responsável do Departamento Financeiro, integrado na Direção Financeira da CP, com a responsabilidade das áreas de gestão financeira e tesouraria, funções desempenhadas até à data, desde 2013.

Diretora Financeira da CP, incorporando as áreas de gestão financeira e tesouraria, de 2011 a 2013.

Responsável da Gestão Financeira - Finanças Corporativas com a missão de gerir os recursos financeiros e otimizar as condições de financiamento do Grupo, negociando condições de empréstimos e gerindo os contratos de financiamento e instrumentos de gestão de risco, de 2007 a 2011.

Responsável da Gestão Financeira do Curto Prazo do GGFC, assegurando os contactos com as Instituições Bancárias para a contração de empréstimos, visando a otimização dos recursos financeiros disponíveis, de 2003 a 2007.

Técnico Licenciado do Gabinete de Gestão Financeira, participando na montagem de operações de financiamento externo e gerindo e controlando os diversos contratos de financiamento e contratos derivados, de 1998 a 2003.

Ingressou nos quadros da CP - Comboios de Portugal, desempenhando funções relacionadas com a área financeira, desde 1998.

Desempenhou funções de análise e avaliação de crédito na CETELEM - Sociedade Financeira de Aquisição a Crédito, de 1996 a 1998.

Membro do Board of Directors da Eurofima - European Company for the Financing of Railroad Rolling Stock.



DRA. ELISABETE GONÇALVES BETTENCOURT DE FREITAS OLIVEIRA
(Vogal)

Licenciada em Administração e Gestão de Empresas, com especialização em Finanças, pelo ISCTE-Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, especialização em consolidação de contas e SGPS pelo ISCTE – Business School; contabilista certificada, membro da OCC.

Nomeada vogal do Conselho Fiscal da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., em 2016.

Assume funções de Responsável de Departamento de Contabilidade da CP - Comboios de Portugal, integrado na Direção Financeira da CP, incorporando as áreas de contabilidade geral, contabilidade analítica, ativos fixos tangíveis e intangíveis, e impostos, desempenhando funções relacionadas com a prestação de contas individual e consolidada e o cumprimento das obrigações fiscais, desde 2014.

Assume também as funções de contabilista certificada das seguintes empresas do Grupo CP: Fernave S.A. - Empresa de Formação Profissional; Ecosaúde SA - Empresa de Medicina de Saúde no Trabalho; Fergráfica Lda. - Empresa de Artes Gráficas (empresa liquidada em 2013); e Pactogest Lda. - Empresa de estudos de alcoolemia (empresa fundida em 2009), desde 2008.

Ingressou nos quadros da CP - Comboios de Portugal em 1999, e desde essa data exerce funções relacionadas com a área de contabilidade e impostos.



DRA. MARIA DE FÁTIMA CORREIA PAIXÃO DE MATOS ALVES
(Vogal)

Licenciada em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, pós-graduação em Organização e Gestão de Empresas, pelo ex-Instituto Superior para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos, atual Instituto Superior de Gestão.

Ingressou nos quadros da CP-Comboios de Portugal, onde exerce funções de advogada na Direção Jurídica da CP, prestando serviço de patrocínio judicial da empresa, bem como de assessoria jurídica e de representação da CP no Grupo Jurídico da UIC (União Internacional dos Caminhos de Ferro) e nos seus subgrupos de trabalho, desde 1987.

Desenvolveu estudos em várias áreas do Banco Pinto & Sotto Mayor, no âmbito de uma bolsa de estudo desse Banco, em 1986.

Exerceu funções de advogada no Contencioso de várias empresas de construção civil e reparação naval, entre 1980 e 1986.

Inscrita como advogada na Ordem dos Advogados desde junho de 1980.



DRA. CARLA MANUELA SERRA GERALDES
(Vogal suplente)

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Revisora oficial de contas desde 2002. Manager do departamento de auditoria da Deloitte & Touche de 1996 a 2003.

Desenvolveu a sua atividade numa multinacional de auditoria, com diferentes graus de responsabilidade onde adquiriu uma experiência de 15 anos em auditoria, dos quais nove anos como Revisora Oficial de Contas, desempenhando as suas funções em algumas das maiores empresas nacionais e internacionais, distribuídas por vários sectores de atividade. Atualmente, e desde 2004, é sócia da Horwath & Associados e é responsável por diversos trabalhos de auditoria/revisão.

O Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e o seu funcionamento e funções estão definidos nos estatutos da Empresa. Os atuais membros foram eleitos em Assembleia Geral por deliberação unânime de 19/10/2016.

Os membros do Conselho Fiscal, individualmente ou em conjunto, têm dado continuidade ao acompanhamento da atividade da Empresa, nomeadamente através da leitura das atas do Conselho de Administração e dos Relatórios de Desempenho da empresa. Analisaram e deram parecer sobre as contas do exercício de 2015, em cumprimento das obrigações legais vigentes.

O Conselho Fiscal reuniu quatro vezes no ano de 2016.



V ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES // D.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

A EMEF tem como revisor oficial de contas a empresa Horwath & Associados, SROC, Lda., inscrita na OROC com o n.º 186 e registado na CMVM com o n.º 9171, e é representada pela Dra. Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa, ROC n.º 1128.

A sociedade Horwath & Associados, SROC, Lda. foi renomeada como SROC responsável pela Certificação Legal de Contas em Assembleia Geral de 19/10/2016 para o ano de 2016.

Cabe especialmente ao Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, além das competências constantes da lei, proceder a todos os exames e verificações necessárias à revisão e certificação legal das contas.

A sociedade Horwath & Associados, SROC, é responsável pela revisão e certificação legal de contas da EMEF e de outras empresas do Grupo CP.



ROC

Mandato (Início - Fim)	Identificação SROC / ROC				Designação	
	Cargo	Nome	N.º. Inscrição na OROC	N.º. Registo na CMVM	Forma	Data
2016	SROC	Horwath & Associados, SROC, Lda	186	9171	Deliberação unânime	19/10/16

N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade	Remuneração Anual 2016 (€)			
		Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
5	5	5395	0	0	5 395

O valor atual foi resultado de concurso público cujo critério de adjudicação foi o preço mais baixo e o valor não sofreu qualquer incremento face aos anos anteriores (2013, 2014 e 2015).

Não foram prestados serviços adicionais pela SROC à EMEF.

V ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES // E.

AUDITOR EXTERNO

A EMEF tem como auditor externo a empresa Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda., inscrito na OROC com o n.º 197 e registado na CMVM com o n.º 20161495, e é representada pelo Dr. Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC n.º 1015.

O montante da remuneração anual paga em 2016 foi o seguinte:

AUDITOR EXTERNO

Identificação do Auditor Externo			Contratação	
Nome	N.º. Inscrição na OROC	N.º. Registo na CMVM	Data	Período
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda.	197	20161495	01/08/14	2014-2016

Remuneração Anual 2016 (€)			
Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
4 500	0	0	4 500

Remunerações paga ao Auditor Externo (contas individuais)	(€)	(%)
Valor dos serviços de revisão de contas	0	0%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0	0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	4 500	100%
Total pago pela empresa à SROC	4 500	

Esta empresa não presta serviços de auditoria a qualquer das entidades participadas pela EMEF nem executou serviços adicionais para além dos acima referidos.

Quanto aos valores pagos por entidades que integram o Grupo CP, a informação pode ser consultada no Relatório & Contas da CP, empresa-mãe.



ORGANIZAÇÃO INTERNA





VI ORGANIZAÇÃO INTERNA // **A.**

ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES

Os estatutos são alterados por decisão do acionista único.

VI ORGANIZAÇÃO INTERNA // **B.**

CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

Para além de um modelo de governo que se descreveu anteriormente, a EMEF dispõe de:

- Organograma, missão e atribuições de cada órgão e delegação de poderes;
- Conjunto de normas internas integradas no sistema da qualidade, bem como outras, relativas nomeadamente a controlo interno, não integradas nesse sistema;

- Auditoria interna

As áreas funcionais de Auditoria Interna e Gestão de Risco são asseguradas pela empresa-mãe através do seu Gabinete de Auditoria Interna, Avaliação de Risco, Qualidade e Ambiente, cujo âmbito abrange o Grupo CP;

- Controlo de Gestão

Área dedicada à monitorização constante da atividade da EMEF e cujas principais atribuições são as seguintes:

- a. elaborar o Plano anual/plurianual da empresa, envolvendo a definição de programas e ações, em estreita colaboração com as diferentes áreas e unidades organizativas;
- b. assegurar o controlo de execução dos programas e orçamentos aprovados procedendo à análise dos respetivos desvios e identificando as situações que requerem medidas corretivas;

- c. acompanhar a execução anual do Plano de Empresa, visando o conhecimento atempado do grau de realização das atividades programadas e dos orçamentos e identificando as situações que requerem a tomada de medidas corretivas e/ou adicionais para fazer face aos desvios que importa gerir;
- d. assegurar a produção e distribuição de relatórios periódicos normalizados sobre a execução física e orçamental da empresa e de cada unidade orgânica.

São ainda efetuadas atividades de controlo, nomeadamente nas contagens físicas de inventários e nas operações de abate de inventários e de ativos fixos tangíveis da empresa.

A atividade da EMEF está exposta aos fatores de risco inerentes, como sejam, o risco de crédito e de liquidez e o risco de taxa de juro, associado aos fluxos de caixa, decorrentes de financiamentos obtidos, não oferecendo no entanto riscos financeiros relevantes.

A gestão do risco é conduzida em conformidade com as determinações do Despacho 101/09 – SETF e com base em princípios de preservação de autonomia financeira da empresa, potenciadora do seu equilíbrio financeiro e da remuneração do capital.

VI ORGANIZAÇÃO INTERNA // c.

REGULAMENTOS E CÓDIGOS

A empresa, para além da legislação geral aplicável às sociedades comerciais de atividade industrial e empresas públicas, rege-se por um conjunto alargado de regulamentos, de que se salientam os seguintes:

Regulamentos Internos

- | | |
|--|--|
| 1. Estatutos da Sociedade | 10. Manual de Recursos Humanos |
| 2. Acordos de Empresa | 11. Política de Recursos Humanos |
| 3. Código de Ética | 12. Procedimentos de Recursos Humanos |
| 4. Regulamento de funcionamento interno da Comissão de Ética | 13. Regulamento de Categorias Profissionais |
| 5. Manual da Qualidade | 14. Regulamento de Gestão da Frota Automóvel |
| 6. Política da Qualidade Ambiente e Segurança | 15. Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços |
| 7. Procedimentos Funcionais do Ambiente | 16. Regulamento de Controlo de Alcoolémia |
| 8. Procedimentos Funcionais da Qualidade | 17. Manual de Procedimentos de Segurança e Higiene no Trabalho |
| 9. Normas Internas | 18. Política de Comunicação |



Regulamentos Externos

Normas	Assunto
Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março. Republicado no Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro	Estabelece o estatuto do gestor público
Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março	Princípios do bom governo das empresas do setor empresarial do Estado
Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. Republicado por Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, Artigo 4.º	Código dos Contratos Públicos
Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio	Orientações relativas à aquisição de serviços de valor superior a € 125.000,00 e à aplicação das normas de contratação pública
Decreto-Lei n.º 27/2011, de 17 de fevereiro	Condições técnicas que contribuem para o aumento da segurança do sistema ferroviário e de circulação segura
Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio	Cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema
Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro – revogou o Decreto-Lei n.º 558/99	Aprova o novo regime jurídico do Setor público empresarial
Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março	Aprova o Orçamento de Estado para 2016
Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016
Regulamento (UE) n.º 445/2011 da Comissão, de 10 de maio	Interoperabilidade
Regulamento (UE) n.º 321/2013 da Comissão, de 13 de março, alterado pelo Regulamento (UE) n.º 1236/2013, de 2 de dezembro	
Decreto-Lei n.º 41/2014, de 18 de março, que transpõe a Diretiva 2013/9/UE que altera o anexo III da Diretiva 2008/57/CE, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 27/2011, de 17 de fevereiro	
Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de abril	Ambiente
Decreto-Lei n.º 09/2007, de 17 de janeiro	
Decreto-Lei n.º 35/2008, de 27 de fevereiro	
Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril	
Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho – alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 245/2009, de 22 de setembro, 29-A/2011, de 1 de março e 60/2012, de 14 de março	
Regulamento (UE) n.º 1005/2009, de 16 de setembro	
Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho (altera e republica o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro)	
Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho – altera e republica a Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	
Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto – Somente capítulo V	
Portaria n.º 53/71, de 3 de fevereiro - alterada pela Portaria n.º 702/80, de 22 de setembro	Segurança e Saúde no Trabalho
Decreto-Lei n.º 243/86, de 20 de agosto	
Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro	
Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro	
Decreto-Lei n.º 103/2008, de 24 de junho	
Lei n.º 3/2014 de 28 de janeiro – republica a Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro	

Código de Ética

A EMEF orienta a sua atividade com total respeito pelos princípios da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentado. Neste sentido, a adoção de comportamentos eticamente corretos é referência indeclinável no plano interno e no relacionamento com Clientes, Fornecedores e com a comunidade em geral.

O Código de Ética consubstancia a assunção de um conjunto de Valores e Princípios que definem padrões de comportamento, moldam a identidade e imagem da EMEF e são a referência para todos aqueles que, direta ou indiretamente, com ela contactam.

Mereceu parecer favorável da Comissão de Trabalhadores da EMEF, foi publicitado junto dos trabalhadores e enviado à Autoridade para as Condições do Trabalho, nos termos da Lei, pelo que constitui regulamento interno da Empresa.

O Código de Ética é, assim, entendido e assumido como um compromisso, por todos os colaboradores e órgãos sociais da EMEF, sem exceção. Aplica-se a todos os colaboradores da EMEF, independentemente do seu vínculo laboral e da posição hierárquica que ocupem.

VI ORGANIZAÇÃO INTERNA // D.

DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

Conforme previsto no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, a empresa procede à divulgação da informação no *site* institucional.

VI ORGANIZAÇÃO INTERNA // E.

SÍTIO DA INTERNET

A empresa tem sítio da internet em www.emef.pt.



REMUNERAÇÕES





VII REMUNERAÇÕES // **A.**

COMPETÊNCIAS PARA A DETERMINAÇÃO

A competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais é da Assembleia Geral.

VII REMUNERAÇÕES // **B.**

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

Não existe uma comissão de fixação de remunerações.

VII REMUNERAÇÕES // **C.**

ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

Atendendo ao facto de os membros dos órgãos sociais exercerem funções na empresa-mãe, estes não são remunerados, com exceção do ROC – Horwath & Associados, SROC, Lda. - cujos honorários são de valor anual de 5.395€ nos termos do respetivo contrato de prestação de serviços.

VII REMUNERAÇÕES // **D.**

DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

O montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração da sociedade pode ser consultado no Relatório & Contas da CP, empresa-mãe.



TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS





VIII TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

As transações com entidades relacionadas foram as seguintes:

INFORMAÇÃO SOBRE TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS (euros)

Empresa	Aquisições de Bens e Serviços	Vendas, Prestação de Serviços e Outros Rendimentos
CP, EPE	6 156 784	38 973 397
ECOSAÚDE	67 149	-
FERNAVE	11 477	-
EMEF/SIEMENS, ACE	32 494	3 487 960
NOMAD TECH	1 109 432	82 327

As transações são suportadas por contratos celebrados entre as partes, encomendas, faturação e seu pagamento/recebimento. São organizadas reuniões entre as partes para avaliação do nível de cumprimento das respetivas obrigações.

No cumprimento dos preceitos aplicáveis, as adjudicações realizadas foram publicitadas nos termos e pelos meios legalmente estabelecidos.

A empresa tem instituído procedimentos internos de contratação estabelecidos na delegação de poderes e funções relativas à autorização de despesa.

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos e que ultrapassam um milhão de euros são os seguintes:

FORNECEDORES QUE REPRESENTEM MAIS DE 5% DOS FSE (euros)

Empresa	Valores sem IVA
C P - COMBOIOS DE PORTUGAL EPE	4 506 153
NOMAD TECH LDA	916 194
GESTION MAQUINARIA FERROVIARIA SL	889 368



ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL





IX ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

// RESPONSABILIDADE ECONÓMICA

No desenvolvimento da atividade no ano de 2016, a EMEF deu continuidade ao cumprimento de critérios de eficiência quer através de uma expressiva contenção de gastos, quer através de uma criteriosa racionalização de recursos, processos e procedimentos, bem como diligenciou no sentido de desenvolver o mercado externo e interno.

// RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A EMEF manteve em 2016 o seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) certificado pela SGS conforme norma NP EN ISO 9001:2008, em todos os seus Órgãos e atividades.

O Sistema de Gestão implementado, ainda que só certificado no âmbito da Qualidade, integra, todavia, aspetos de Ambiente e Segurança Ocupacional, estando também articulado com o Sistema de Gestão de Recursos Humanos e com os requisitos do Regulamento (UE) n.º 445/2011.

No âmbito da manutenção e desenvolvimento da gestão ambiental e em articulação com ações das Unidades orgânicas, salienta-se:

- *Avaliação Ambiental*

A empresa adjudicou a avaliação ambiental nas instalações da EMEF na Amadora, por referência às normas NP ISO 14015:2006 (Gestão ambiental, avaliação ambiental de sítios e organizações), ASTM E2137-06 (2011) (Standard guide for estimating monetary costs and liabilities for environmental matters).

- *Gestão de Resíduos*

Continuidade na Gestão e Operacionalização do contrato global de resíduos em vigor (Empresa Renascimento), abrangendo todos os Órgãos oficiais da EMEF. A avaliação deste contrato/serviço continuou a revelar um desempenho positivo.

- *Sistema de gestão de consumos intensivos de energia (SGCIE)*

Decorrente do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril, que regula o SGCIE, este sistema insere-se num plano para racionalização dos consumos energéticos e consequente redução dos seus custos, cuja implementação das medidas previstas implicou o sector de Ambiente, da Conservação da SQA e os Órgãos Locais. As instalações abrangidas por este sistema são o POC (Entroncamento) e PON (só Guifões).

- *Auditorias Energéticas*

Foi dado cumprimento ao Decreto-Lei sobre auditorias energéticas, DL n.º 68-A/2015 de 30 de abril, prosseguindo o trabalho iniciado em 2015. Foram realizadas em 2016 auditorias energéticas por entidade reconhecida pela Direção-Geral de Energia e Geologia, em todos os Locais onde a EMEF labora e em que é titular de um contrato de energia da EMEF (exceto PON Guifões e POC - sob a alçada do SGCIE).

- *Equipamentos de ar condicionado*

A EMEF prosseguiu o trabalho relativo à monitorização e manutenção da certificação de Técnicos em Manuseamento de Gases Fluorados com efeito de estufa (GFEE) em Equipamentos de Refrigeração, de acordo com o Decreto-Lei n.º 56/2011, de 21 de abril.

- *Monitorização de efluentes líquidos e gasosos*

A nível local, os Parques Oficiais procederam à monitorização dos efluentes líquidos e gasosos, prevista em procedimentos de ambiente e em requisitos legais/regulamentares, com vista ao cumprimento dos limites especificados.

- *Comunicação interna e externa de cariz ambiental*

- Envio dos mapas de resíduos e carregamento no Portal SILiAmb (Sistema Integrado de licenciamento do Ambiente);
- Envio de informação para a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), relativa à quantidade recuperada no manuseamento de gases de efeito de estufa em equipamentos fixos;
- Integração de dados para inquérito do INE "Gestão e Proteção do Ambiente 2015";
- Consolidação e comunicação de dados destinados ao relatório de sustentabilidade da CP, EPE, relativo ao ano de 2015.

- *Colaboração com os Órgãos Locais na Área do Ambiente*

- Análise e monitorização de requisitos relativos a manuseamento de fluidos frigorigéneos, na implementação de melhorias relativas a efluentes líquidos e gasosos, solventes, vistorias de licenciamento industrial, registos de produção de resíduos, etc.;
- Acompanhamento de planos de monitorização e comunicação de dados às Entidades Oficiais, nomeadamente Planos de gestão de solventes, registo anual de resíduos (SIRAPA) e monitorização de efluentes gasosos e líquidos.



// RESPONSABILIDADE SOCIAL

Princípio da Igualdade de Género

O Código de Ética reprovava de forma expressa qualquer tipo de discriminação, de coação ou de assédio, nomeadamente em razão do sexo, e existe uma Comissão de Ética à qual pode ser reportada qualquer ocorrência, reclamação ou situação irregular que possa constituir violação das normas constantes do mesmo Código.

O processo de recrutamento externo garante a igualdade de oportunidade e de tratamento a todos os candidatos.

Na EMEF, as políticas salariais e de formação têm presente o princípio da não discriminação entre mulheres e homens.

As competências dos colaboradores e das colaboradoras da EMEF são reconhecidas de modo igual nos processos de promoção e progressão na carreira e acesso a cargos de direção ou de chefia.

Em termos absolutos, o número de mulheres em cargos de chefia aumentou em 2016, mas em termos percentuais diminuiu 1%.



NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO

	Sexo									
	Feminino				Masculino					
	2015	%	2016	%	2015	%	2016	%	2015	2016
Quadros Superiores	25	23%	24	22%	86	77%	85	78%	111	109
Diretores	2	11%	2	11%	16	89%	16	89%	18	18
Chefes de Área	8	32%	9	31%	17	68%	20	69%	25	29
Quadros intermédios	0	0%	0	0%	89	100%	85	100%	89	85
Profissionais altamente qualificados e qualificados	16	2%	16	2%	761	98%	836	98%	777	852
Profissionais semiquaificados	1	100%	1	100%	0	0%	0	0%	1	1
Profissionais não qualificados	0	0%	0	0%	1	100%	1	100%	1	1
	42	4%	41	4%	937	96%	1 007	96%	979	1 048

Apoio a clientes e grau de satisfação

Os programas de manutenção constantes dos contratos específicos de cada frota/segmento de mercado, para o cliente CP, foram genericamente cumpridos para todas as frotas, tendo-se obtido, por segmento de mercado, os seguintes valores médios ponderados aos km's percorridos, de disponibilidade e de fiabilidade:



DISPONIBILIDADE

Segmento do Mercado	Disponibilidade Média Anual
Alfa e Intercidades	94%
Suburbanos Lisboa	41%
Suburbanos Porto	100%
Regional	86%



FIABILIDADE

Segmento do Mercado	Fiabilidade Anual (quilometragem média entre incidentes devidos ao material circulante)
Alfa e Intercidades	1 261 921
Suburbanos Lisboa	56 725
Suburbanos Porto	254 606
Regional	55 721

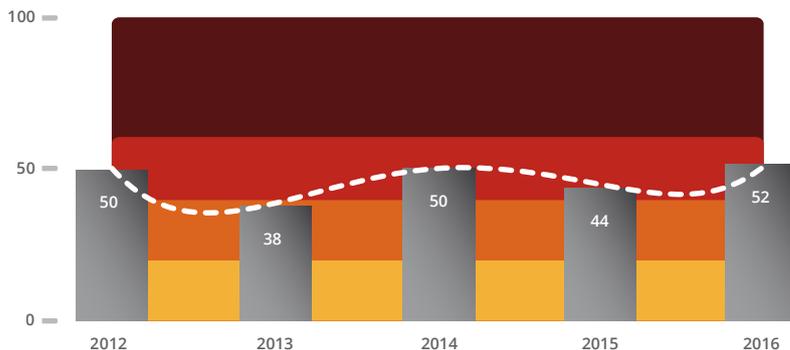
Higiene e Segurança no trabalho

As figuras seguintes apresentam a evolução dos valores anuais de alguns dos mais relevantes indicadores de acidentes (onde estão incluídos os acidentes com baixa *in itinere*), durante os últimos 5 anos.



ÍNDICE DE FREQUÊNCIA (If)
2012-2016

$$If = \frac{(n.º \text{ acidentes com baixa}) \times 10^6}{n.º \text{ horas homem trabalhadas}} \quad (\text{inclui ocorrências in itinere})$$



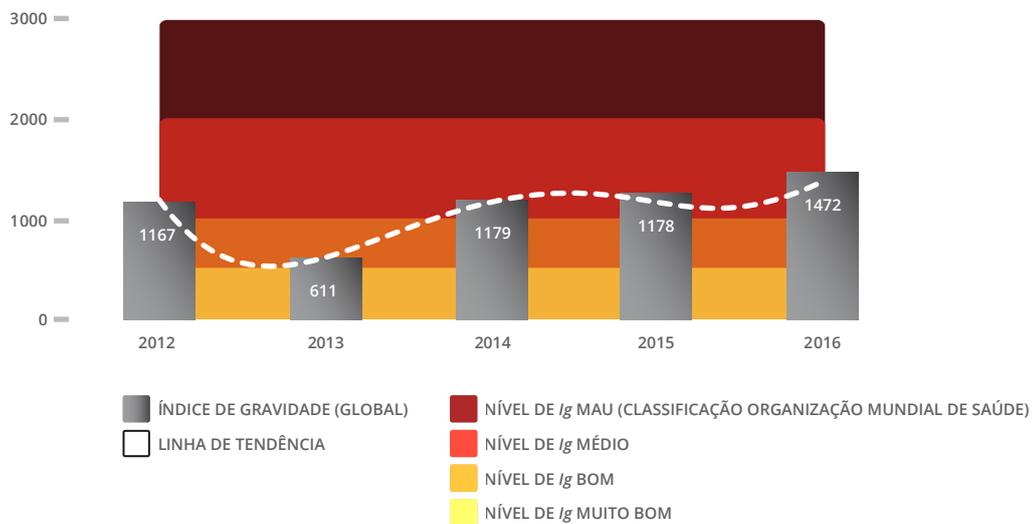
- ÍNDICE DE FREQUÊNCIA (GLOBAL)
- LINHA DE TENDÊNCIA
- NÍVEL DE If MAU (CLASSIFICAÇÃO ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE)
- NÍVEL DE If MÉDIO
- NÍVEL DE If BOM
- NÍVEL DE If MUITO BOM



ÍNDICE DE GRAVIDADE (Ig) 2012-2016

$$Ig = \frac{(\text{n.º dias úteis perdidos}) \times 10^6}{\text{n.º horas homem trabalhadas}}$$

(inclui ocorrências *in itinere*)



Desde 2012 até 2016, constata-se a oscilação nos valores dos indicadores Índices de Frequência (If) e de Gravidade (Ig) globais, este último com tendência de subida mais evidente.

Comparando os anos de 2015 e de 2016, verificou-se em 2016 a ocorrência de mais 21 acidentes de trabalho (mais 14 acidentes com baixa, dos quais 4 foram acidentes *in itinere* que corresponderam a 230 dias de baixa nesse ano). O n.º médio de horas trabalhadas por cada trabalhador em 2016 diminuiu cerca de 1,6% face a 2015. A conjugação destes fatores, no cálculo destes índices globais (EMEF), implicou em 2016 a subida dos indicadores referidos.

Gestão do capital humano

Reuniões com ORT's

O Conselho de Administração e a Direção Executiva, cientes da importância de uma estreita interlocução com as estruturas representativas dos trabalhadores, em particular no que respeita ao conhecimento da posição daqueles órgãos do clima organizacional, dos aspetos relevantes da atividade diária da empresa e do seu futuro, prosseguiram o clima de diálogo e a política de reuniões frequentes com os representantes da Comissão de Trabalhadores e com os representantes das organizações sindicais. Continua-se a realçar os esforços e compreensão das organizações representativas dos trabalhadores nas análises realizadas, nas medidas adotadas e nos resultados obtidos ao longo do ano, que permitiram assegurar um nível de estabilidade social e um clima de trabalho positivo que teve como corolário os resultados positivos alcançados pela organização.

Empregabilidade

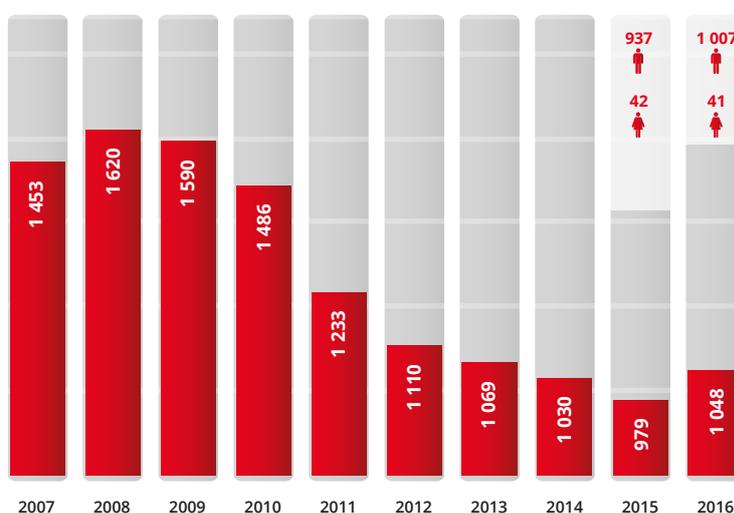
O ano de 2016 correspondeu a um ano de inversão em termos do efetivo da Empresa. Verificou-se um aumento significativo do efetivo ajustado ao acréscimo da carga de trabalho, fundamentalmente devido aos contratos celebrados para a manutenção da totalidade da frota do Metro do Porto, à revisão geral dos 960.000 Km em 35 a 40 veículos da frota Eurotram do Metro do Porto e à intervenção de meia-vida/R1 dos Comboios Alfa Pendular.

O efetivo da EMEF, em 31 de dezembro de 2016, era de 1048 colaboradores, dos quais 96,1% eram homens e 3,9% eram mulheres.



A evolução do efetivo na última década foi a seguinte:

EVOLUÇÃO DO EFETIVO



Nessa data, 986 colaboradores(as) da EMEF estavam a ela vinculados através de contrato de trabalho sem termo, 45 colaboradores(as) através de contrato de trabalho a termo, existindo, ainda, 14 colaboradores(as) com contrato de cedência ocasional, 2 trabalhadores(as) com acordo de comissão de serviço e outro com acordo de cedência de interesse público.

VÍNCULO LABORAL

	2015				2016			
	Homens	Mulheres	Total	%	Homens	Mulheres	Total	%
Contrato de trabalho sem termo	397	20	417	42,6%	510	15	525	50,1%
- colaboradores/as admitidos/as diretamente para a EMEF								
Contrato de trabalho sem termo	529	16	545	55,7%	441	20	461	44,0%
- colaboradores/as transitados/as da CP para a EMEF								
Trabalhadores cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	11	6	17	1,7%	11	6	17	1,6%
Contrato de Trabalho a termo certo	0	0	0	0,0%	45	0	45	4,3%
Total	937	42	979	100,0%	1 007	41	1 048	100,0%

Em 2016, o efetivo subiu em 69 unidades. Saíram da Empresa 41 colaboradores(as) (11 estavam cedidos ao SIMEF), dos quais 6 por mútuo acordo.

MOTIVO DAS SAÍDAS

	2015			2016		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Caducidade Cont.Ced.Temp.Ocas.	0	0	0	2	0	2
Denúncia-Cess.p/Iniciativ.Trab	8	0	8	17	0	17
Falecimento	2	0	2	2	0	2
Reforma por Invalidez (+2/3)	5	0	5	7	0	7
Reforma por Velhice (normal)	0	0	0	2	1	3
Revogação p/ Mútuo Acordo	35	3	38	2	0	2
Transmissão Posição Contratual	0	0	0	6	0	6
Caducidade CT a Termo	2	0	2	2	0	2
Total	52	3	55	40	1	41

A idade média situou-se nos 46,8 anos e a antiguidade média nos 22,8 anos. Ambas desceram cerca de 1 ano relativamente a 2015, devido à admissão de novos colaboradores(as).

IDADE MÉDIA

	2015			2016		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Colaboradores/as admitidos/as diretamente para a EMEF	38,2	41,6	38,4	37,5	42,6	37,7
Colaboradores/as transitados/as da CP para a EMEF	54,6	56,6	54,7	55,5	57,1	55,5
Colaboradores/as cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	51,9	44,7	49,4	52,9	45,7	50,4
Total	47,6	47,7	47,6	46,8	48,3	46,8

ANTIGUIDADE MÉDIA

	2015			2016		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Colaboradores/as admitidos/as diretamente para a EMEF	12,9	12,9	12,9	11,3	13,5	11,4
Colaboradores/as transitados/as da CP para a EMEF	33,0	34,2	33,0	33,9	34,5	33,9
Colaboradores/as cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	19,8	17,3	18,9	20,8	18,3	19,9
Total	24,3	21,7	24,2	22,8	21,9	22,8



A caracterização do pessoal da EMEF em termos de habilitações literárias, por género e por vínculo laboral, é a seguinte:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

	Homens	Mulheres	Total
Ensino Básico	43,7%	0,7%	44,4%
Ensino Secundário	43,0%	1,0%	44,0%
Ensino Superior	9,4%	2,3%	11,6%

Verificou-se, em 2016 e em termos percentuais, uma descida nos grupos “Ensino Superior” e “Ensino Básico” e uma subida no grupo “Ensino Secundário”. Estas modificações deveram-se essencialmente à admissão de colaboradores(as) com habilitações literárias ao nível do 12º ano.

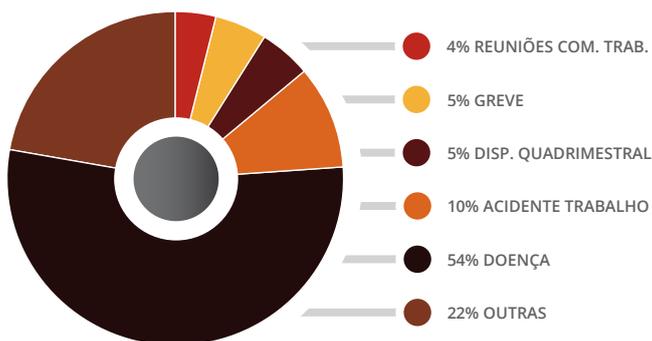
HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

	ENSINO 2015			ENSINO 2016		
	Básico	Secundário	Superior	Básico	Secundário	Superior
Colaboradores/as admitidos/as diretamente para a EMEF	12,6%	21,7%	8,7%	13,2%	27,3%	7,8%
Colaboradores/as transitados/as da CP para a EMEF	34,8%	18,1%	2,8%	31,2%	16,4%	2,5%
Colaboradores/as cedidos/Comissão de Serviço	0,0%	0,3%	1,1%	0,0%	0,3%	1,3%
Cedência de Interesse Público						
	47,4%	40,0%	12,6%	44,4%	44,0%	11,6%

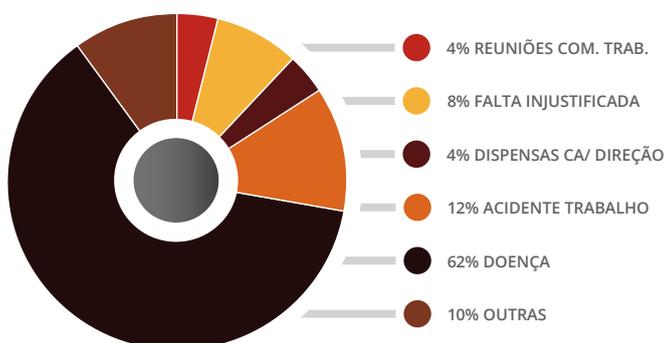
Absentismo

O absentismo situou-se nos 8,96%, tendo subido 0,15% relativamente a 2015. A principal causa do absentismo na EMEF continuou a ser a “Doença”, tendo subido 8% relativamente ao ano transato. As ausências relativas a “Acidentes de Trabalho” subiram 2% e as relativas a “Outras” causas desceram 12%. Verificou-se, ainda, uma subida das “faltas injustificadas”.

MOTIVOS DE ABSENTISMO 2015



MOTIVOS DE ABSENTISMO 2016





Formação

No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais, a EMEF apostou, em 2016, na concretização de um plano de formação transversal, integrando colaboradores(as) de vários órgãos da Empresa, tendo para isso recorrido a formação externa.

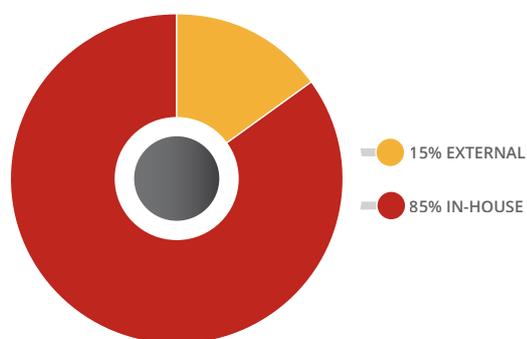
Assim, foi elaborado um Plano de Formação, predominantemente técnico, para cada Órgão da Empresa e um Plano Transversal de formação dirigido a temáticas como a gestão, a informática, as línguas estrangeiras e a ações de reconversão de colaboradores com vista a melhorar competências e a aumentar a produtividade.

No âmbito do Plano Transversal de formação desenvolveram-se diversas ações, entre elas, a inclusão de colaboradores em Programas Avançados de Gestão e em Programas de Gestão e Liderança, formação em *Lean Management*, em Gestão Documental e em Inglês.

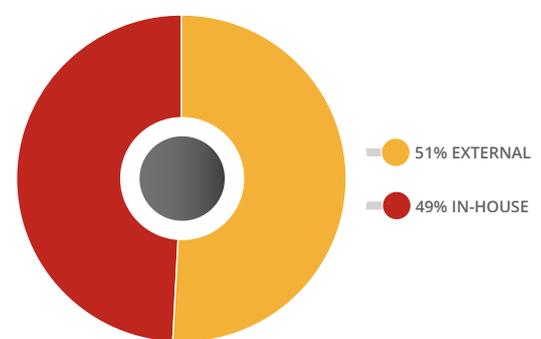
No que diz respeito à reconversão de colaboradores foi ministrada formação básica em Desenho Técnico, Automatismos Industriais (hidráulica e pneumática), Eletricidade e Eletrónica, Eletrónica de Potência e Eletrónica Digital.

As ações de formação interna corresponderam a 49% das horas de formação ministradas e as ações de formação externa a 51%, tendo-se, assim, invertido a tendência dos últimos anos.

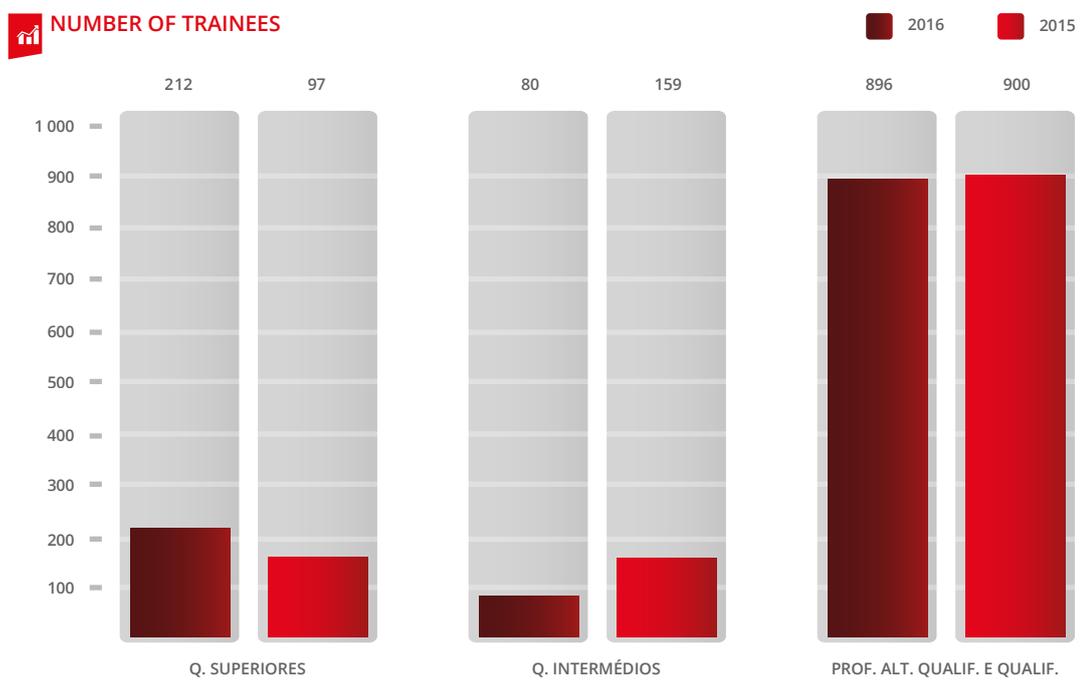
 EXTERNAL/IN-HOUSE TRAINING IN 2015



 EXTERNAL/IN-HOUSE TRAINING IN 2016

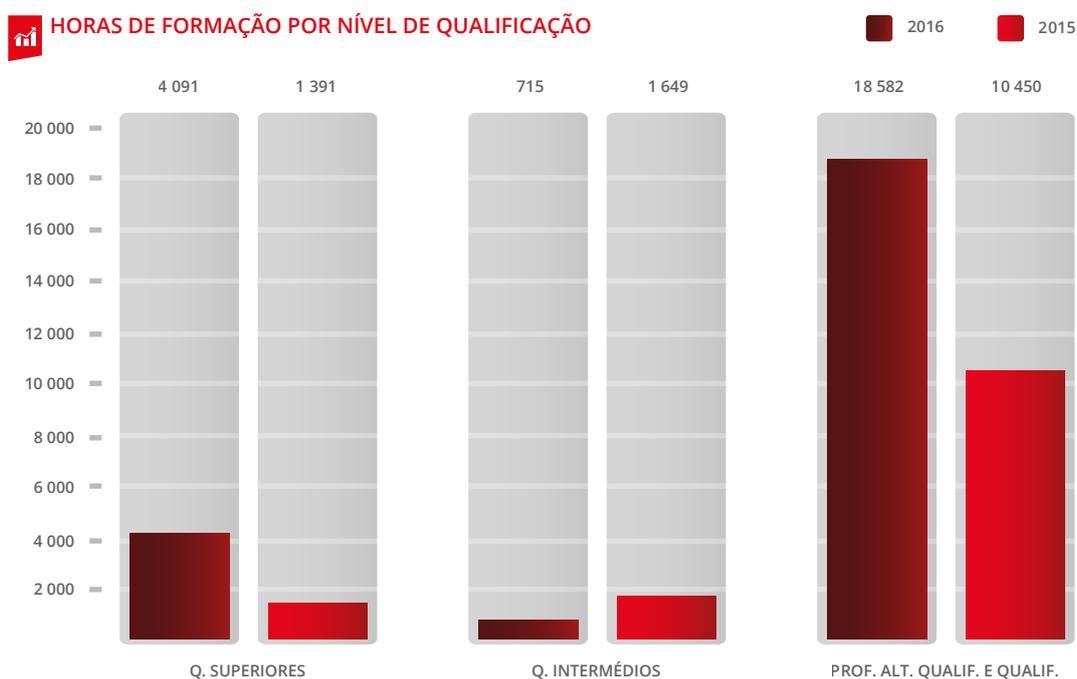


Nessas ações de formação participaram 1.188 formandos, distribuídos pelos seguintes níveis de qualificação:





Foram ministradas 23.388 horas de formação, assim distribuídas:



Comunicação Interna

Em 2016 foi lançado o projeto Nós, EMEF com o propósito de mobilizar, fomentar o sentido de pertença e criar um clima de confiança no seio dos colaboradores(as) e da Empresa.

O Projeto resultou da necessidade de reforçar a comunicação interna, tornando-a mais eficaz, positiva, interativa, através da troca de ideias, opiniões, informações e conhecimento.

Realizou-se um diagnóstico do estado social e relacional da EMEF através de recolha e análise de informação e de entrevistas.

Com base em critérios de credibilidade, conhecimento da organização, capacidade de relação e influência positiva foram designados os “Embaixadores”, que assumem, em cada local, o papel de elementos de ligação e envolvimento de todos os colaboradores(as).

Deste diagnóstico resultou a aprovação da política de comunicação da Empresa, tendo por base a sua Missão e Valores e, bem assim, os princípios que subjazem ao seu modelo organizacional.

A Política de Comunicação é aplicável a todas as comunicações da Empresa, independentemente dos públicos de relacionamento em causa e assenta nos seguintes princípios:

1. **Verdade** – A comunicação deve pautar-se pela transparência, exatidão e veracidade da informação transmitida, evitando a desinformação, a confusão e o boato;
2. **Urbanidade** – A comunicação deve pautar-se pelas regras da simpatia, urbanidade e respeito mútuo entre os diversos interlocutores;
3. **Objetividade** – A comunicação deve ser objetiva, sucinta, simples, uniforme e constante nos termos utilizados, de forma a proteger a transmissão e proteção do conhecimento da empresa e a promover a eficácia e eficiência da mensagem transmitida, através dos meios mais adequados;
4. **Responsabilidade** – A comunicação deve atender às funções e responsabilidades dos diversos interlocutores, evitando a duplicidade de esforços e o desperdício de tempo e recursos;
5. **Institucionalidade** – A comunicação deve atender aos valores e missão da empresa, na prossecução dos seus interesses e da proteção da sua imagem institucional, pautando-se por um discurso institucional único.

Do diagnóstico efetuado resultou também a elaboração de um Plano de Comunicação Interna. Este Plano prevê um conjunto de ações, das quais se destacam:

- As Ações de “Direção Aberta” – ações descentralizadas em que se reforça a importância dada às pessoas e que constituem momentos de proximidade e interação com a Direção de Topo da Empresa;
- A criação dos “Espaços Sociais Nós, EMEF” – espaços de encontro e informação dos colaboradores;
- A Comemoração do Dia da Empresa;
- A Festa de Natal.



Sistema de Gestão de Recursos Humanos

A EMEF dispõe de um Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH), cuja certificação conforme a Norma Portuguesa 4427:2004 foi confirmada pela SGS em 2016.

Prosseguiram, em 2016, os trabalhos para a implementação da “Matriz de Competências” em todas as atividades operacionais desenvolvidas na Empresa por forma a garantir e evidenciar que os trabalhadores têm as competências necessárias para as tarefas que desenvolvem no âmbito da prestação dos serviços de Manutenção.

A Política de Recursos Humanos da EMEF assume a Responsabilidade Social como referencial para a gestão de Recursos Humanos e visa cumprir os seguintes objetivos:

1. Promover o bem-estar pessoal e profissional dos colaboradores da Empresa;
2. Promover a atualização permanente das competências escolares, técnicas e profissionais dos seus colaboradores de forma a dar resposta adequada às necessidades presentes e futuras da atividade da empresa;
3. Promover e reforçar a eficácia do Sistema de Gestão de Recursos Humanos através da procura da melhoria contínua dos métodos e técnicas adotadas no respeito pelos Acordos de Empresa e pela legislação em vigor.

No ano de 2016 a EMEF concedeu estágios curriculares a formandos do ensino secundário/profissional, assegurando a componente de formação prática em contexto de trabalho e deu apoio à realização de trabalhos académicos de nível universitário. Foram envolvidos 31 alunos.

Foram efetuadas reuniões regulares com a Comissão de Trabalhadores da Empresa.

Foi aplicado um inquérito para a avaliação do nível de satisfação interna, no âmbito do Prémio Excelência no Trabalho.

No âmbito da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoal dos colaboradores e colaboradoras, são disponibilizados:

- Horários flexíveis sempre que compatíveis com as funções a desempenhar;
- Dispensa de serviço correspondente a um período normal de trabalho por quadri-mestre, sem retribuição, ao abrigo do disposto na legislação em vigor sobre “efeitos das faltas justificadas”;
- A possibilidade do gozo, em meios-dias, de 6 (seis) dias úteis de férias.

No âmbito da saúde e apoio social, a EMEF assegura aos seus colaboradores e colaboradoras:

- O pagamento de um subsídio complementar ao subsídio de doença atribuído pela Segurança Social;
- O pagamento integral do vencimento líquido quando afetados(as) por incapacidade total temporária emergente de acidente de trabalho;
- Um seguro de saúde;
- Um seguro de acidentes pessoais;
- Subsídio pré-escolar (para trabalhadores com filhos que frequentem creches, jardins de infância ou Amas inscritas na Segurança Social).





AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO





X AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Prosseguindo o esforço de reestruturação e consolidação do processo de mudança iniciado há alguns anos e face aos resultados apresentados pelos diversos indicadores e demais informação constante no presente relatório, é entendimento do Conselho de Administração que a EMEF deu cumprimento aos princípios de Bom Governo estabelecidos.

Nas vertentes económica, financeira, social e ambiental, os indicadores apresentam-se globalmente acima do previsto, indicando o cumprimento dos princípios de Bom Governo, tendo sido alcançadas melhorias na sua competitividade e qualidade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e respeito pelos utilizadores do transporte ferroviário e dos clientes.

Lisboa, 28 de março de 2017

O Conselho de Administração

Presidente

Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal

Dr. Nuno Serra de Sanches Osório



EMPRESA
DE MANUTENÇÃO
DE EQUIPAMENTO
FERROVIÁRIO, S.A.

Serviços Centrais
Rua das Indústrias, 21
2700-460 AMADORA
Telef.: (+351) 211 027 700
Fax: (+351) 213 578 875
geral@emef.pt
www.emef.pt

